

9

Impacto do aumento do salário mínimo dos últimos 8 anos nas contas municipais

O governo federal adotou nos últimos anos uma política de aumento de renda via aumentos reais do salário mínimo. Esta política mostrou-se bastante salutar à população, mas causa problemas de caixa às prefeituras brasileiras, porque pressiona fortemente as folhas de pagamento de regiões do País onde os Municípios têm baixa arrecadação.

O salário mínimo de 2003 até 2010 teve um aumento de 112,5% em termos nominais, passando de R\$ 240,00 em 2003 para R\$ 510,00 em 2010.

Tabela com a evolução do salário mínimo de 2003 até 2010

Ano	SM
2003	240
2004	260
2005	300
2006	350
2007	380
2008	415
2009	465
2010	510

Para mensurar o impacto desses aumentos nas contas municipais, foi coletado no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) e na base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do Ministério do Trabalho e Emprego a quantidade de funcionários públicos municipais que recebem até 1 ½ salário mínimo em cada ano.

Tabela com a quantidade de funcionários municipais com remuneração até 1 ½ salário mínimo

Ano	Quantidade de servidores municipais			
	Até 0,5 SM	0,5 a 1,0 SM	1 a 1,5 SM	Total
2003	22.766	290.270	831.625	1.144.661
2004	24.964	337.018	707.143	1.069.125
2005	26.213	458.567	820.212	1.304.992
2006	28.976	514.914	936.284	1.480.174
2007	28.299	478.814	1.009.748	1.516.861
2008	24.384	442.769	1.002.767	1.469.920
2009	20.674	339.309	1.384.064	1.744.047
2010*	20.674	339.309	1.384.064	1.744.047

* Os dados do ano de 2010 ainda não estão disponíveis, por isso foram utilizados os mesmos números de 2009.

Segundo o cadastro da Rais, a proporção de funcionários públicos municipais que recebem até 1 ½ salário mínimo no total de funcionários era de 34,4% em 2003 e passou a 37,3 % em 2009.

Para calcular o impacto do aumento do mínimo sobre as folhas de pagamento das prefeituras, multiplicou-se o total de funcionários em cada um dos anos, considerando as faixas de remuneração, pelo aumento do salário mínimo. Neste caso chegou-se ao impacto mensal, sem incluir o 13º salário e a remuneração de (1/3) do salário referente às férias. Estes foram incluídos no impacto anual apresentado na tabela a seguir. Vê-se que o impacto total no período em valores correntes foi de R\$ 8,6 bilhões.

Acontece que esse valor ainda não representa o real impacto nas folhas de pagamento das prefeituras, já que não incluem os encargos que são pagos sobre o salário base, como o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) patronal, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), salário família, Programa de Integração Social (PIS), Sistema S, entre outros. Incluindo tais encargos, chega-se a um impacto total no período de R\$ 10,8 bilhões (somando valores correntes).

Simulação do impacto dos aumentos do salário mínimo com base na RAIS (em R\$ correntes):

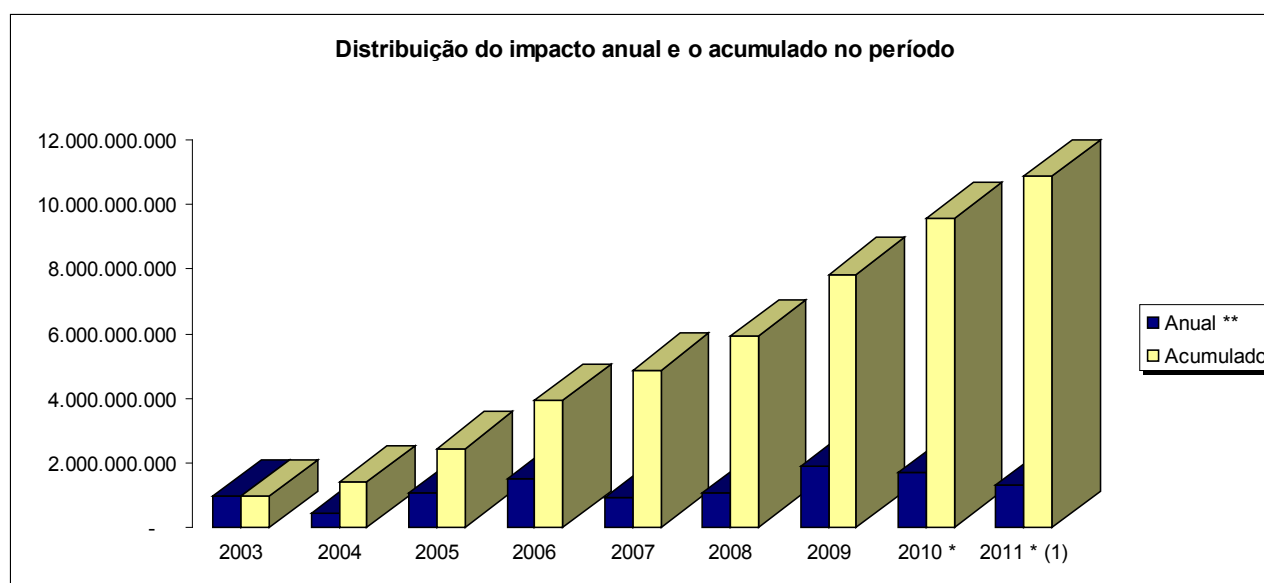
Ano	Reajuste do Salário Mínimo			Estimativa de Impacto sem Encargos		Estimativa de Impacto com Encargos	
	Antes	Depois	Aumento	Mensal	Anual **	Mensal	Anual **
2003	200	240	40	50.744.670	676.426.451	72.438.016	965.598.759
2004	240	260	20	22.983.485	306.369.855	32.808.925	437.342.968
2005	260	300	40	55.291.870	737.040.627	78.929.144	1.052.125.495
2006	300	350	50	78.551.425	1.047.090.495	112.132.159	1.494.721.682
2007	350	380	30	49.063.350	654.014.456	70.037.932	933.605.635
2008	380	415	35	55.920.463	745.419.765	79.826.460	1.064.086.715
2009	415	465	50	99.744.938	1.329.600.017	142.385.898	1.898.004.024
2010 *	465	510	45	89.770.444	1.196.640.015	128.147.308	1.708.203.622
2011 * (1)	510	545	35	69.821.456	930.720.012	99.670.129	1.328.602.817
					8.554.041.705		10.882.291.717

(1) Proposta de aumento da LDO 2011

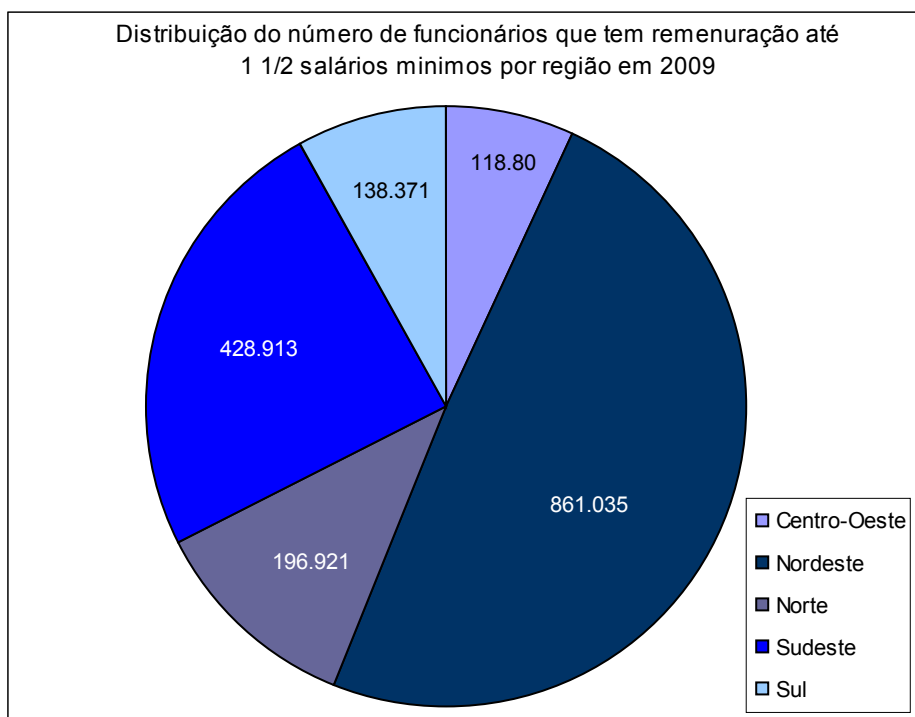
* Como ainda não estão disponíveis os dados para os anos de 2010 e 2011, utilizou-se as quantidades do ano de 2009

** Valor inclui o pagamento de 13º salário e de 1/3 de férias

Como pode ser visto na tabela anterior, a cada ano, quando o governo federal e o Congresso Nacional realizam essa política de aumento real do salário mínimo, os cofres municipais sofrem com consideráveis aumentos das respectivas folhas de pagamento, sem nenhuma possibilidade de intervenção do gestor municipal. No gráfico a seguir vê-se como cresceu esse gasto e a proporção em cada um dos anos da análise.



Se for realizada uma comparação do total de funcionários municipais que receberam até 1 ½ salário mínimo em média no ano de 2009 por região geográfica, pode-se verificar que as regiões Nordeste e Sudeste são as mais impactadas.



Existiam em 2009 861 mil servidores municipais na região Nordeste com remuneração de até 1 1/2 salário mínimo, enquanto na região Sudeste eram 428 mil servidores, na região Norte são mais 196 mil, na região Centro-Oeste são 118 mil e na região Sul são 138 mil. Por esses números pode-se calcular o impacto em cada uma das regiões do País.

A região mais impactada é a Nordeste, que tem como característica Municípios de pequeno porte e pobres, com baixa arrecadação própria causada por sua pequena base tributária e a maior parte de suas receitas serem provenientes das transferências constitucionais. Também é importante salientar que nessas localidades o poder público municipal quase sempre é o maior empregador, por isso a maioria dos funcionários recebe até 1 1/2 salário mínimo.

Simulação do impacto dos aumentos do salário mínimo com base na RAIS (em R\$): - Região Nordeste

Ano	Reajuste do Salário Mínimo			Estimativa de Impacto		Estimativa de Impacto com encargos	
	Antes	Depois	Aumento	Mensal	Anual	Mensal	Anual
2003	200	240	40	25.838.620	344.428.805	38.757.930	465.095.160
2004	240	260	20	11.244.005	149.882.587	16.866.008	202.392.090
2005	260	300	40	27.630.630	368.316.298	41.445.945	497.351.340
2006	300	350	50	38.521.763	513.495.094	57.782.644	693.391.725
2007	350	380	30	23.802.818	317.291.557	35.704.226	428.450.715
2008	380	415	35	26.925.483	358.916.682	40.388.224	484.658.685
2009	415	465	50	47.481.163	632.923.896	71.221.744	854.660.925
2010 *	465	510	45	42.733.046	569.631.507	64.099.569	769.194.833
2011 * (1)	510	545	35	33.236.814	443.046.727	49.855.221	598.262.648
					4.140.979.879		4.993.458.120

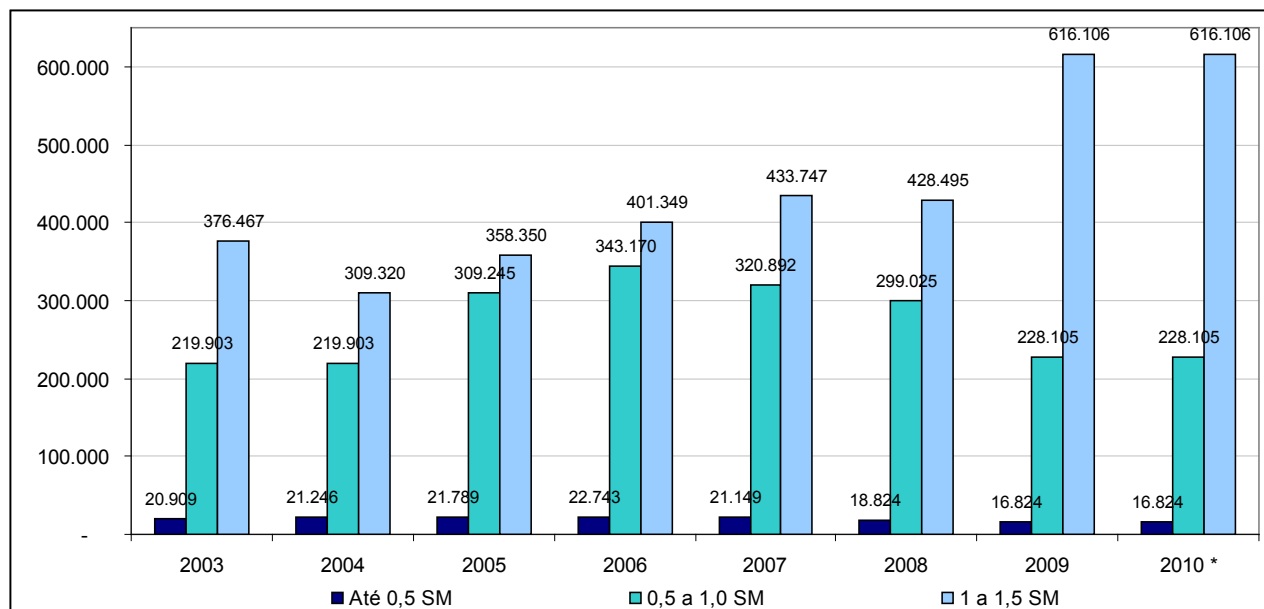
(1) Proposta de aumento da LDO 2011

* Como ainda não estão disponíveis os dados para os anos de 2010 e 2011, utilizou-se as quantidades do ano de 2009

O impacto chegou a R\$ 4,9 bilhões nesses anos, ou seja, cerca de 40% do impacto total do País alcançou os Municípios da região Nordeste.

Desde 2003, a região Nordeste vem apresentando uma pequena mudança nos padrões de remuneração: está diminuindo a quantidade de funcionários recebendo $\frac{1}{2}$ salário mínimo e aumentando a quantidade de funcionários recebendo de 1 a $1\frac{1}{2}$ salário mínimo.

Quantidade de funcionários da região Nordeste com remuneração até $1\frac{1}{2}$ salário mínimo de 2003 até 2010



Como se pode notar, houve um incremento muito expressivo de funcionários de 1 a $1\frac{1}{2}$ salários mínimos, o que indica que, mesmo que esteja havendo uma melhora na remuneração média paga pelos Municípios, ainda há um contingente muito grande de funcionários recebendo de 1 a $\frac{1}{2}$ salário mínimo.

A região Sudeste, que tem características bem distintas da região Nordeste, é a segunda região do País mais impactada pelos aumentos do salário mínimo nesse período analisado. Os Municípios do Sudeste têm um perfil mais urbano e com isso possuem uma base tributária um pouco maior e assim uma arrecadação própria também em média maior que os Municípios do Nordeste. Mas esta média esconde regiões com problemas gravíssimos, como o sul de Minas Gerais, por exemplo, onde há bolsões de miséria semelhantes ao Nordeste brasileiro.

Simulação do impacto dos aumentos do salário mínimo com base na RAIS (em R\$): - Região Sudeste

Ano	Reajuste do Salário Mínimo			Estimativa de Impacto		Estimativa de Impacto com encargos	
	Antes	Depois	Aumento	Mensal	Anual	Mensal	Anual
2003	200	240	40	11.973.380	159.605.155	17.960.070	215.520.840
2004	240	260	20	5.646.480	75.267.578	8.469.720	101.636.640
2005	260	300	40	13.910.160	185.422.433	20.865.240	250.382.880
2006	300	350	50	19.639.463	261.794.035	29.459.194	353.510.325
2007	350	380	30	12.280.935	163.704.864	18.421.403	221.056.830
2008	380	415	35	13.745.611	183.228.998	20.618.417	247.421.003
2009	415	465	50	25.383.100	338.356.723	38.074.650	456.895.800
2010 *	465	510	45	22.844.790	304.521.051	34.267.185	411.206.220
2011 * (1)	510	545	35	17.768.170	236.849.706	26.652.255	319.827.060

(1) Proposta de aumento da LDO 2011

2.145.600.249

2.577.457.598

* Como ainda não estão disponíveis os dados para os anos de 2010 e 2011, utilizou-se as quantidades do ano de 2009

Pelas nossas estimativas, o impacto causado por esses aumentos sucessivos chegou a R\$ 2,5 bilhões nos Municípios da região.

A terceira região mais impactada foi o Norte, que possui Municípios bastante extensos e de baixa arrecadação própria pelos mesmos motivos expostos anteriormente, ou seja, a base tributária restrita a pequenos núcleos urbanos. O valor total do impacto chegou a R\$ 1,1 bilhão nesses anos.

Simulação do impacto dos aumentos do salário mínimo com base na RAIS (em R\$): - Região Norte

Ano	Reajuste do Salário Mínimo			Estimativa de Impacto		Estimativa de Impacto com encargos	
	Antes	Depois	Aumento	Mensal	Anual	Mensal	Anual
2003	200	240	40	4.699.800	62.648.334	7.049.700	84.596.400
2004	240	260	20	2.239.020	29.846.137	3.358.530	40.302.360
2005	260	300	40	5.285.340	70.453.582	7.928.010	95.136.120
2006	300	350	50	7.877.538	105.007.575	11.816.306	141.795.675
2007	350	380	30	5.178.015	69.022.940	7.767.023	93.204.270
2008	380	415	35	6.332.821	84.416.507	9.499.232	113.990.783
2009	415	465	50	11.371.800	151.586.094	17.057.700	204.692.400
2010 *	465	510	45	10.234.620	136.427.485	15.351.930	184.223.160
2011 * (1)	510	545	35	7.960.260	106.110.266	11.940.390	143.284.680

(1) Proposta de aumento da LDO 2011

921.629.185

1.101.225.848

* Como ainda não estão disponíveis os dados para os anos de 2010 e 2011, utilizou-se as quantidades do ano de 2009

A região Sul, que tem como característica Municípios de pequeno porte e de também pequenas extensões, teve um impacto de R\$ 874 milhões nesse período.

Simulação do impacto dos aumentos do salário mínimo com base na RAIS (em R\$): - Região Sul

Ano	Reajuste do Salário Mínimo			Estimativa de Impacto		Estimativa de Impacto com encargos	
	Antes	Depois	Aumento	Mensal	Anual	Mensal	Anual
2003	200	240	40	4.451.780	59.342.227	6.677.670	80.132.040
2004	240	260	20	2.134.265	28.449.752	3.201.398	38.416.770
2005	260	300	40	4.449.920	59.317.434	6.674.880	80.098.560
2006	300	350	50	6.760.500	90.117.465	10.140.750	121.689.000
2007	350	380	30	4.163.490	55.499.322	6.245.235	74.942.820
2008	380	415	35	4.880.523	65.057.365	7.320.784	87.849.405
2009	415	465	50	8.366.600	111.526.778	12.549.900	150.598.800
2010 *	465	510	45	7.529.940	100.374.100	11.294.910	135.538.920
2011 * (1)	510	545	35	5.856.620	78.068.745	8.784.930	105.419.160

(1) Proposta de aumento da LDO 2011

725.821.932

874.685.475

* Como ainda não estão disponíveis os dados para os anos de 2010 e 2011, utilizou-se as quantidades do ano de 2009

A região Centro-Oeste, cujos Municípios têm características de serem de perfil eminentemente rural, com grandes extensões de monoculturas voltadas à exportação e pequenos núcleos urbanos, é a que tem menor impacto com os aumentos do salário mínimo: foram R\$ 729 milhões nesse período.

Simulação do impacto dos aumentos do salário mínimo com base na RAIS (em R\$): - Região Centro-Oeste

Ano	Reajuste do Salário Mínimo			Estimativa de Impacto		Estimativa de Impacto com encargos	
	Antes	Depois	Aumento	Mensal	Anual	Mensal	Anual
2003	200	240	40	3.781.090	50.401.930	5.671.635	68.059.620
2004	240	260	20	1.719.715	22.923.801	2.579.573	30.954.870
2005	260	300	40	4.015.820	53.530.881	6.023.730	72.284.760
2006	300	350	50	5.752.163	76.676.326	8.628.244	103.538.925
2007	350	380	30	3.638.093	48.495.773	5.457.139	65.485.665
2008	380	415	35	4.036.025	53.800.213	6.054.038	72.648.450
2009	415	465	50	7.142.275	95.206.526	10.713.413	128.560.950
2010 *	465	510	45	6.428.048	85.685.873	9.642.071	115.704.855
2011 * (1)	510	545	35	4.999.593	66.644.568	7.499.389	89.992.665
					620.010.459		747.230.760

(1) Proposta de aumento da LDO 2011

* Como ainda não estão disponíveis os dados para os anos de 2010 e 2011, utilizou-se as quantidades do ano de 2009

A CNM sempre apoiou a política de aumento da renda via crescimento real do salário mínimo, mas em todas as medidas provisórias com os reajustes apresentou emendas ao projeto para a criação de um Fundo de Compensação para os Municípios mais impactados, por acreditar que aqueles que mais sofrem problemas são os Municípios com poucas possibilidades financeiras e orçamentárias e onde o Município é o grande indutor da economia local. Quando o governo federal e o Congresso Nacional aprovam essa política, deveriam olhar para as imensas dificuldades que acabam impondo aos Municípios das regiões deprimidas do País.

Agora que está sendo discutido um novo salário mínimo para o ano de 2011, seria prudente que nossos congressistas aprovassem a criação de um Fundo de Compensação para auxiliar os Municípios nesse momento de grandes dificuldades financeiras que estão enfrentando em função do fraco desempenho da principal transferência federal que é o Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Simulação do impacto do aumento do salário mínimo em 2011 nas folhas municipais

A CNM estimou os impactos nas folhas de pagamentos municipais atribuídos a diferentes possibilidades de reajustes para o salário mínimo em 2011. A principal conclusão é de que a cada R\$ 1,00 de aumento, as prefeituras brasileiras sofrem um aumento da folha salarial de R\$ 38 milhões. Veja os resultados no quadro a seguir.

Simulação do impacto dos aumentos do salário mínimo com base na RAIS (em R\$ correntes):

Ano	Reajuste do Salário Mínimo			Estimativa de Impacto sem Encargos		Estimativa de Impacto com Encargos	
	Antes	Depois	Aumento	Mensal	Anual **	Mensal	Anual **
2011 Cenário 1	510	545	35	69.821.456	930.720.012	99.670.129	1.328.602.817
2011 Cenário 2	510	550	40	79.795.950	1.063.680.014	113.908.719	1.518.403.219
2011 Cenário 3	510	560	50	99.744.938	1.329.600.017	142.385.898	1.898.004.024
2011 Cenário 4	510	570	60	119.693.925	1.595.520.020	170.863.078	2.277.604.829
2011 Cenário 5	510	580	70	139.642.913	1.861.440.024	199.340.258	2.657.205.634
2011 Cenário 6	510	590	80	159.591.900	2.127.360.027	227.817.437	3.036.806.439
2011 Cenário 7	510	600	90	179.540.888	2.393.280.030	256.294.617	3.416.407.243

Se de um lado a Constituição Federal determina que é direito de todos os trabalhadores receberem salário mínimo determinado pelo governo, de outro lado existe a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que em seu art. 20, inciso III, limita os gastos com pessoal e seus encargos até o limite de 60% da sua Receita Corrente Líquida (RCL).

Para medir os efeitos que diferentes aumentos do salário mínimo teriam sobre o descumprimento da LRF por parte dos Municípios, a CNM utilizou os balanços municipais de 2009 publicados na base Finbra/STN. De acordo com as estimativas, o percentual de Municípios que comprometem 60% ou mais da sua RCL com despesas de pessoal aumentaria de 8,7% (dado de 2009) para 11,7%, em razão de um reajuste do salário mínimo para R\$ 545. Além disso, o percentual de Municípios que gasta entre 55% e 60% da RCL, a chamada faixa prudencial, pularia de 16,6% (dado de 2009) para 19,5%. Ou seja, ao todo, 6% das prefeituras serão atingidas de forma a ultrapassar o limite máximo ou limite prudencial da lei fiscal com o aumento de R\$ 35.

O efeito de aumentos maiores no salário mínimo no descumprimento da LRF também foi estimado e os resultados são apresentados na tabela seguinte. No caso da maior proposta, mínimo de R\$ 600, em torno de 15% dos Municípios brasileiros passariam a descumprir o teto máximo (10,8%) ou entrariam na faixa prudencial (4,1%).

Simulação do efeito do aumentos do salário mínimo em 2011 no cumprimento da LRF:

Ano	Reajuste do Salário Mínimo			Municípios acima do limite de 60% da RCL			Municípios dentro da faixa prudencial (55% a 60%)		
	Antes	Depois	Aumento	em 2009	com o impacto	crescimento	em 2009	com o impacto	crescimento
2011 Cenário 1	510	545	35	8,6%	11,7%	3,1%	16,6%	19,5%	3,0%
2011 Cenário 2	510	550	40	8,6%	12,3%	3,6%	16,6%	20,0%	3,5%
2011 Cenário 3	510	560	50	8,6%	13,6%	5,0%	16,6%	20,2%	3,6%
2011 Cenário 4	510	570	60	8,6%	14,9%	6,3%	16,6%	20,3%	3,8%
2011 Cenário 5	510	580	70	8,6%	16,4%	7,8%	16,6%	20,4%	3,9%
2011 Cenário 6	510	590	80	8,6%	17,9%	9,3%	16,6%	20,5%	4,0%
2011 Cenário 7	510	600	90	8,6%	19,4%	10,8%	16,6%	20,7%	4,1%